



RELATÓRIO DE GESTÃO

2023



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CORPO DELIBERATIVO 2024 - 2025

Presidente

Domingos Augusto Taufner

Vice-Presidente

Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha

Corregedor

Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

Ouvidor

Sebastião Carlos Ranna de Macedo

Conselheiros

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun
Rodrigo Coelho do Carmo

Conselheiros Substitutos

Márcia Jaccoud Freitas
Marco Antônio da Silva
Donato Volkers Moutinho

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Procurador-Geral

Luciano Vieira

Procuradores de Contas

Heron Carlos Gomes de Oliveira
Luís Henrique Anastácio da Silva



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

NOSSO PROPÓSITO

Contribuir para a melhoria da gestão pública.

NOSSA MISSÃO

Promover o aperfeiçoamento da gestão pública, por meio do controle externo, visando à melhoria da qualidade de vida das pessoas.

NOSSA VISÃO

Ser reconhecida como instituição estratégica para o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo.

NOSSO NEGÓCIO

Controle Externo

NOSSOS PRINCÍPIOS

Independência e harmonia

Transparência

Responsabilidade Sustentável

Inovação

Profissionalismo

Valorização das Pessoas



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) passou por uma grande evolução especialmente nos últimos 12 anos em que se tornou uma organização pública digital, inovadora e com atuação contemporânea.

Tivemos uma trajetória com maior comprometimento com a boa governança, com a valorização do debate técnico, com a implantação de julgamentos equilibrados e tempestivos. As gestões que seguiram trouxeram inovações, mas também se pautaram por dar continuidade, aperfeiçoando os projetos em andamento.

O TCEES alcançou avanço significativo na produtividade e na tempestividade das ações de controle do setor público, feito por um conjunto de pessoas qualificadas e empenhadas em fazer o melhor.

Para dar seguimento a estes avanços, o trabalho nesta gestão será pautado pela continuidade desta evolução, pela valorização das pessoas e para ser exemplo para as demais organizações públicas, tendo como foco o cumprimento da missão institucional, prevista no Plano Estratégico do TCEES 2024-2037, que é promover o aperfeiçoamento da gestão pública, por meio do controle externo, visando a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Domingos Augusto Taufner
Conselheiro Presidente



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
GOVERNANÇA DO TCEES	8
Visão Geral Organizacional	8
Planejamento Estratégico	9
Projetos Prioritários	11
Unidades de Apoio à Governança do TCEES	17
Corregedoria.....	17
Controle Interno.....	18
Consultoria Jurídica.....	19
Resultados para a Sociedade.....	20
Montante de Multas e Ressarcimentos recolhidos.....	20
Ferramenta de Controle Social: Painel de Controle.....	21
Ferramenta de Pesquisa de Precedentes: Jurisprudência Seleccionada.....	22
Ouvidoria	23
Comunicação.....	25
Gestão de Pessoas	27
Visão Geral dos Colaboradores	27
Gestão Educacional	30
Gestão Orçamentária e Financeira.....	31
Execução Orçamentária	31
Lei de Responsabilidade Fiscal.....	33
Gestão Documental	34



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Gestão Patrimonial e de Infraestrutura	34
Gestão da Tecnologia	37
RESULTADOS – CONTROLE EXTERNO	42
Ações de Controle Externo	42
Saúde	43
Educação	45
Resíduos Sólidos	46
Saneamento Básico	47
Obras Públicas	48
Parceria Público-Privada e Concessão	49
Patrimônio Público	50
Receita Pública	51
Gestão Fiscal	51
Folha de Pagamento	53
Previdência Social	53
Mobilidade Urbana	54
Parcerias Interinstitucionais	54
Compromisso com a Celeridade Processual	56
Atos do Plenário e das Câmaras	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
ANEXO ÚNICO – ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL	62



INTRODUÇÃO

No ano de 2023, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) alcançou avanço significativo na produtividade e na tempestividade das ações de controle do setor público, e vem se empenhando cada vez mais como órgão fiscalizador, incluindo as atividades preventivas e pedagógicas.

Em cumprimento ao artigo 137, inciso II, da Resolução TC Nº 261, de 4 de junho de 2013 – Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (RITCEES), esta Corte de Contas elabora anualmente o Relatório de Gestão, documento que compõe a Prestação de Contas Anual deste Tribunal, a ser encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

O Relatório de Gestão deve conter informações de natureza orçamentária, financeira, operacional, patrimonial e de gestão fiscal, organizado de forma a permitir uma visão sistêmica do desempenho do governo ou da conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos responsáveis.

Conforme o artigo 48, IV, K do RITCEES, compete à Assessoria de Governança (ASGOV), unidade de assessoramento da Presidência, a elaboração do relatório, que contempla informações prestadas por diversas unidades do TCEES. Neste documento são apresentados os principais resultados da atuação do Tribunal, no ano de 2023, tanto na área do controle da gestão pública, quanto na área administrativa.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

GOVERNANÇA DO TCEES

Visão Geral Organizacional

O TCEES foi criado por meio da Lei nº 1.287, de 24 de setembro de 1957, e tem como missão gerar benefícios para a sociedade por meio do controle externo e do aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos. Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.

É seu dever auxiliar a Assembleia Legislativa e câmaras municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições estão fixadas no artigo 71 da Constituição Federal de 1988, no artigo 71 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei Complementar 621, de 8 de março de 2012.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

A Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000, (Lei de Responsabilidade Fiscal), traz as competências para a fiscalização quanto ao cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, atualmente, o TCEES compõe-se de seis conselheiros, três conselheiros substitutos, três procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir as finalidades de apoio técnico e administrativo. O organograma



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

institucional é apresentado no Anexo Único, a fim de promover uma melhor ilustração da sua estrutura organizacional.

Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico é uma técnica gerencial que contribui para o alcance dos resultados almejados, mediante orientações concisas, evidentes, coerentes e harmoniosas que contempla os objetivos a serem perseguidos por toda a organização.

O TCEES lançou em dezembro de 2023 o Plano Estratégico da instituição para o ciclo com início em 2024 e término em 2037, ano em que a Corte de Contas completará 80 anos.

Segue a identidade organizacional e o mapa estratégico da instituição:

NOSSO PROPÓSITO

Contribuir para a melhoria da gestão pública

NOSSA MISSÃO

Promover o aperfeiçoamento da gestão pública, por meio do controle externo, visando à melhoria da qualidade de vida das pessoas.

NOSSO NEGÓCIO

Controle Externo

NOSSOS PRINCÍPIOS

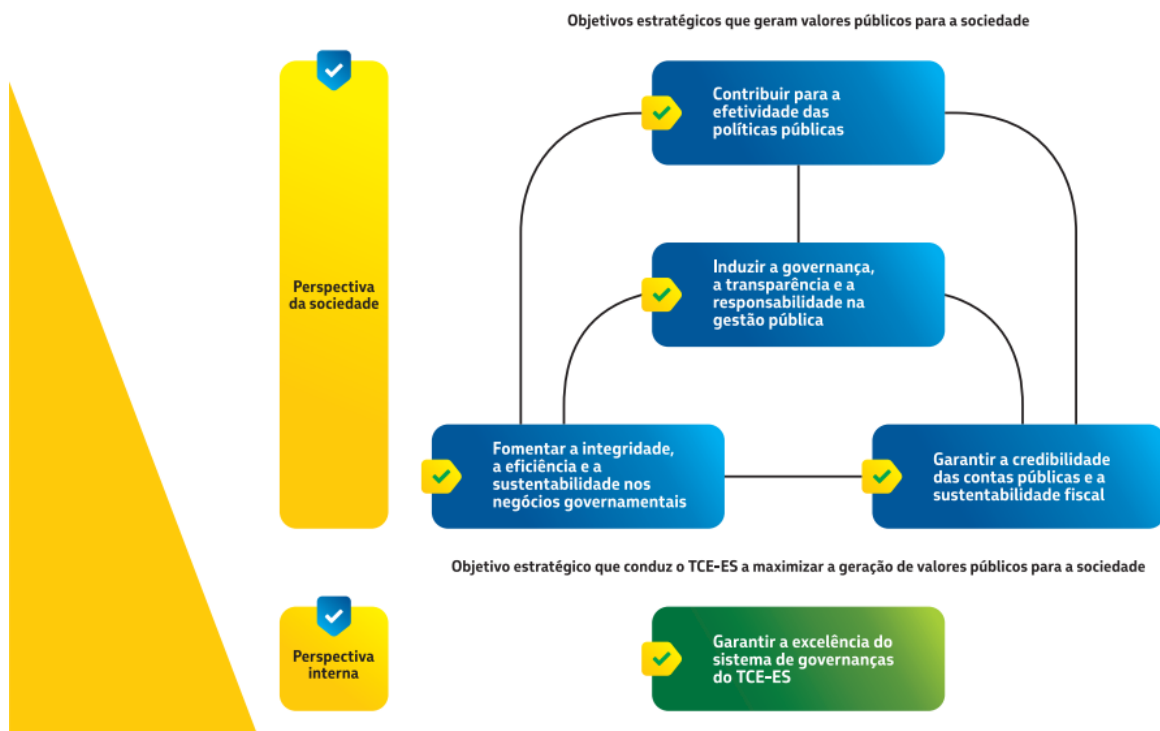
- Independência e Harmonia;
- Transparência;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- Responsabilidade Sustentável;
- Inovação;
- Profissionalismo;
- Valorização das Pessoas.

MAPA ESTRATÉGICO



O documento pode ser acessado na íntegra aqui neste [link](#).



Projetos Prioritários

Projeto é um conjunto de atividades temporárias, realizadas em grupo, destinadas a produzir um produto, serviço ou resultado único. Ele facilita o atendimento a demandas específicas que comportem grande esforço de planejamento e coordenação, e que devem gerar resultados dentro de um prazo estabelecido.

Complementando esse fato, os projetos guardam vínculo com o Plano Estratégico, e devem ser concebidos, dentre outros motivos, para o desenvolvimento de soluções que resultem na melhoria de gestão no âmbito interno do Tribunal, na melhoria de resultados e na prevenção de danos à gestão de recursos e de patrimônio públicos.

A instituição da metodologia de gestão de projetos no âmbito do TCEES encontra-se regulamentada pela Resolução TC nº 351/2021, que estabelece os critérios para constituição e gestão de projetos prioritários.

Apresenta-se a seguir as entregas dos 21 projetos prioritários concluídos em 2023.

Quadro 1 – Entregas dos projetos prioritários do ano de 2023

Projeto	Entregas
CidadES - Contas (2023)	1. Fortalecer o controle concomitante através do acompanhamento mensal, levando para os pontos de controle mensais pontos de controle que são verificados na Prestação de Contas Anual; 2. Estudar e especificar ajustes, inclusões e exclusões nas informações relativas a contratos e licitações recebidas nas Prestações de Contas Mensais; 3. Implementar Demonstrativo dos Restos a Pagar a partir da PCM; 4. Desenvolver acompanhamento mensal das contribuições previdenciárias, parcelamentos previdenciários; 5. Implementar a metodologia de cálculo mensal da capacidade de pagamento (CAPAG) dos Municípios, a partir dos conceitos e indicadores estabelecidos nas Portarias do Ministério da Fazenda 5623/2022 e 373/2020, como instrumento de gestão financeira; 6. Revisar e atualizar normativos associados ao módulo; alterar modelo de dados; criar e revisar consistências e pontos de controle.
CidadES – Contratação (2023)	1. Desenvolvimento e implantação do sistema com as regras da Lei nº 14.133/2021; 2. Estabilização do recebimento das remessas de dados; 3. Desenvolvimento/adequação do processo de ETL (extração, tratamento e carga) dos dados que serão usados na construção dos painéis de contratação e nas ferramentas de análise de dados;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

	4. Discussão e análise de impacto para a inclusão de regras da Lei nº 14.133/2021 não contempladas no escopo do projeto 2022, na estrutura do Anexo VI da IN 68/2020.
CidadES – Relatórios para ações de controle (2023)	1. Priorizar os relatórios propostos pelo projeto CidadES-Relatórios 2022; 2. Definir tecnologia para geração dos relatórios priorizados; 3. Produzir relatórios priorizados; 4. Preparar processo de ETL (extração, tratamento e carga) dos dados que comporão os relatórios priorizados.
CidadES - Atos de Pessoal – Admissão (2023)	1. Revisão da forma de envio do resultado do Concurso; 2. Retirada da obrigatoriedade de envio da RCA; 3. Comunicação entre Admissão x Estrutura de pessoal; 4. Aprimoramento das mensagens das consistências; 5. Sistemática para cumprimento do encaminhamento dos atos de admissão para registro; 6. Cálculo automático do VRF - Volume de Recursos Fiscalizados.
CidadES - Atos de Pessoal – Concessão de Benefícios (2023)	1. Aprimoramento da remessa; 2. Elaboração Ponto Controle Concessão x Folha; 3. Tabulação de regras previdenciárias; 4. Cálculo automático do VRF - Volume de Recursos Fiscalizados; 5. Orientação usuários externos e internos; 6. Operação assistida visando o acompanhamento, aprimoramento e a promoção de ajustes no Anexo VII da IN 68/2020 e no CidadES.
CidadES – Folha de Pagamento (2023)	1. Normativo revisado; 2. Operação assistida/ajustes nos normativos; 3. Extração de dados para fiscalizações; 4. Extração de dados para acordos de cooperação; 5. Orientações a usuários internos e externos; 6. Comunicação entre os módulos Folha x Admissão; 7. Comunicação entre os módulos Folha x Concessão; 8. Comunicação entre os módulos Folha x Contas; 9. Aprimoramento de consultas do Painel de Controle; 10. Criação de tabelas para o Portal de Análise de dados.
CidadES – Ambiente de análise de contas (2023)	1. Atualização do ambiente para análise de contas de Câmaras – Exercício 2022; 2. Atualização do ambiente para análise de contas de Prefeito – Exercício 2022; 3. Melhoria na sistemática de achados, contemplando a padronização; 4. Automatização da elaboração do documento Decisão Segex; 5. Revisão do template para análise contas de Prefeito – Exercício 2023; 6. Elaboração de proposta de reestruturação do template de análise de contas de Câmara; 7. Elaboração de proposta de reestruturação do template de análise de contas de gestão – UGs Executivo Municipal (exceto RPPS e Estatais).
Painel de Controle (2023)	1. Aprimoramento, revisão e manutenção dos painéis implantados decorrentes das mudanças promovidas nas fontes dos dados utilizadas; 2. Promover as alterações necessárias por conta das alterações das fontes de recursos para o exercício de 2023; 3. Disponibilizar para o e-TCEES informações sobre os vínculos ativos e inativos dos servidores públicos; 4. Criação do painel com dados da dívida consolidada líquida municipal; 5. Criação do painel de assistência social; 6. Criação do painel de Marco do saneamento (NASM); 7. Apresentar versões simplificadas dos Pareceres Prévios; 8. Criação de painel para apresentação do superávit financeiro dos municípios;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

	9. Criação do painel com os dados da prestação de contas anuais não autuadas (Resolução 352/2021); 10. Criação do painel com informações patrimoniais municipais; 11. Evolução do painel de educação; 12. Evolução do painel de saúde; 13. Planos municipais de saúde; 14. Criação do painel do CAPAG; 15. Criação do painel de regularidade municipal.
Monitoramento das Políticas Públicas Sociais	1. Relatório apresentando os principais problemas públicos nas áreas de saúde, educação e assistência social; 2. Relatório elencando dados e indicadores mais adequados para monitoramento dos problemas e identificar os programas públicos existentes para resolver esses problemas selecionados; 3. Planilha estruturada com dados do plano municipal de saúde de um município, que será objeto de teste piloto para alimentar o painel de monitoramento dos planos municipais de saúde a ser desenvolvido no âmbito do projeto estratégico "Painel de Controle".
Observatório do Saneamento Básico do Espírito Santo	1. Especificação das informações que serão disponibilizadas pelo Painel de Saneamento Básico, indicando as fontes de informações e a forma de apresentação; 2. Desenvolvimento da rotina de carga dos dados; 3. Construção da proposta preliminar do painel; 4. Elaboração de versão preliminar do procedimento de coleta/preenchimento dos dados; 5. Homologação do Painel e conclusão da minuta de procedimento de coleta/preenchimento dos dados; 6. Implantação do Painel de Saneamento.
e-TCEES – Seleção de denúncias e representações para processamento (2023)	1. Inicialização; 2. Especificação; 3. Desenvolvimento; 4. Homologação; 5. Implantação; 6. Encerramento.
Padronização e gestão de achados (2023)	1. Revisão da estrutura desenvolvida para padronização e gestão dos achados e especificação de eventuais melhorias; 2. Desenvolvimento e implementação das eventuais melhorias (SGTI); 3. Mapeamento e cadastramento dos principais achados identificados nas instruções dos processos de contas de gestão, observando o escopo definido pela Resolução TC 297/2016; 4. Contribuir para a especificação e desenvolvimento de modelagem para integração entre o banco de achados e a instrução compartilhada dos relatórios técnicos.
e-TCEES – Instrução Assistida (2023)	1. Realização de reunião de abertura do Projeto Prioritário, com divisão das equipes de trabalho e das atividades, proposição do cronograma e envio do material de estudo; 2. Especificação dos principais achados envolvendo peças elaboradas nas unidades da Secex/Fiscalizações e forma de interligação dos achados com as jurisprudências da Corte. (Fiscalização/contratos, pessoal e administração pública); 3. Especificação de templates das principais peças técnicas dos processos de fiscalização (Inspeção, auditoria, levantamento e acompanhamento); 4. Cadastramento dos achados de auditoria especificados em 2023; 5. Consolidação e envio de proposta de templates e informações sobre cadastro de achados, bem como proposta de trabalhos futuros.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Ações inovativas para as fiscalizações	1. Inpe – pesquisa nos TCs, construção do ACT; 2. Parceria para laboratório; 3. Avaliação de imóveis; 4. Drones; 5. Laboratório de inovação e iniciativas similares.
Controle Interno	1. Identificação e coleta de bibliografia; 2. Estudo inicial do material; 3. Benchmarking; 4. Exame da Resolução TC 227/2011; 5. Proposta de revisão da Resolução TC 227/2011; 6. Submissão da proposta à consulta pública; 7. Adequação da proposta de revisão após consulta pública.
Implementação da Avaliação de Desempenho das Competências	1. Especificar sistema para simulação; 2. Finalizar manual; 3. Finalizar catálogo de tarefas; 4. Finalizar resolução; 5. Apresentar projeto para Conselheiro; 6. Realizar simulações; 7. Validar modelo final; 8. Treinar gestores.
e-TCEES – evolução do acesso identificado	1. Definição e parametrização dos assuntos de protocolo que serão disponibilizados; 2. Definição da regra de acessos dos usuários do acesso identificado referente aos documentos dos protocolos e processos administrativos; 3. Definição para identificação e envio dos documentos pelos usuários sem certificação digital; 4. Atualização normativa que disciplina o protocolo via internet.
Processo de Gestão Administrativa (2023)	1. Relatório de ordem cronológica de pagamentos/diário; 2. API para publicação de contratos e Termos Aditivos/Apostilamentos; 3. Automatização das publicações no Portal da Transparência de Pregões e Contratações Diretas (Dispensas eletrônicas); 4. Alterações do Anexo VI da IN 68/2020 - para envio de remessas do CidadES Contratação na lei 14.133/2021; 5. Automatização do controle de fracionamento de despesas; 6. Controle de saldos contratuais; 7. Diário de fiscalização a partir de eventos previamente estabelecidos; 8. Painel de Acompanhamento e relatórios gerenciais; 9. Painel de contratações: disponibilizar graficamente na intranet e Portal indicadores de execução do PAC e contratos.
e-TCEES – Implantação do módulo férias	1. Especificação das atividades; 2. Fluxograma; 3. Mapeamento e interface de informações para o e-TCEES; 4. Avaliação e aprovação dos dados lançados; 5. Criação do Manual para acesso.
Sistema Conta pra gente	1. Dados preliminares sobre o tema; 2. Prototipação das adequações ao sistema; 3. Desenvolvimento das funcionalidades de atendimento aos requerimentos de titulares; 4. Testes de integração com o e-TCEES; 5. Capacitação da equipe de Ouvidoria e demais envolvidos no atendimento; 6. Divulgação interna e externa das novas funcionalidades do sistema.



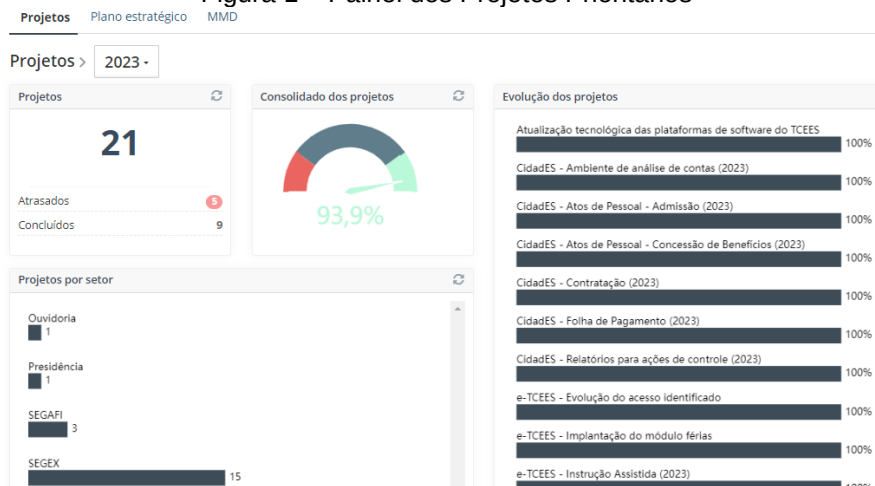
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Atualização tecnológica das plataformas de software do TCEES	1. Estudo das melhores práticas e ferramentas de migração adotadas pelo mercado; 2. Realização de testes de viabilidade das estratégias e ferramentas de atualização mapeadas; 3. Mapeamento de todos os atuais impeditivos à efetiva atualização da tecnologia.Net; 4. Identificação de sistemas/apis com maior nível de desacoplamento que podem ser migrados de forma independente; 5. Estudo de viabilidade da substituição de funcionalidades de bibliotecas de software externas por funcionalidades nativas das novas versões do .Net; 6. Estudo de viabilidade da substituição de serviços on premises por serviços baseados na nuvem, diminuindo a dependência de código próprio; 7. Identificação do melhor modelo de efetivação da migração, seja por meio de mão de obra interna ou por meio de contratação de empresa de consultoria; 8. Elaboração do cronograma de execução das atividades de atualização em 2024; 9. Mapeamento dos papéis e responsabilidades para a efetivação da atualização.
--	--

Fonte: Assessoria de Governança

Abaixo, segue a imagem do painel de acompanhamento dos projetos prioritários do TCEES, disponibilizado para todos os servidores da instituição.

Figura 1 – Painel dos Projetos Prioritários



Fonte: e-tcees

Para o ano de 2024, dos 21 projetos aprovados, 19 envolvem recursos de Tecnologia da Informação do TCEES, área fundamental para se alcançar a eficiência e efetividade das ações administrativas e de controle externo. A seguir, apresenta-se a relação dos projetos prioritários para o ano de 2024.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Quadro 2 – Projetos prioritários para o ano de 2024

Nº	Unidade Patrocinadora	Projeto
1	Presidência	Implementação da avaliação de desempenho com foco em competências (2024)
2	Segex	CidadES - Contas (2024)
3	Segex	CidadES - Ambiente de análise de contas (2024)
4	Segex	CidadES - Folha de Pagamento (2024)
5	Segex	CidadES - Contratação (2024)
6	Segex	CidadES - Atos de Pessoal - Concessão (2024)
7	Segex	CidadES - Relatórios para ações de controle (2024)
8	Segex	CidadES - Remessa automatizada via integração de sistemas
9	Segex	e-TCEES - Sistema de fiscalização (2024)
10	Segex	e-TCEES - Instrução Assistida (2024)
11	Segex	e-TCEES - Instrução assistida nos processos de contas
12	Segex	Painel de Controle (2024)
13	Segex	Monitoramento das Políticas Públicas Sociais (2024)
14	Segex	Observatório do Saneamento Básico do Espírito Santo (2024)
15	Segex	Sistema de Comunicação
16	Segex	Sistema Informatizado de Tomada de Contas Especiais (SISTCE)
17	Segex	Controle Interno (2024)
18	Corregedoria	Análise simplificada de atos de pessoal
19	Ouvidoria	Conta pra Gente - automação de tarefas
20	Segafi	Processo de Gestão Administrativa (2024)
21	Segafi	e-TCEES - Evolução do acesso identificado (2024)
	Projetos que envolvem recursos de Tecnologia da Informação do TCEES	

Fonte: Assessoria de Governança



Unidades de Apoio à Governança do TCEES

Corregedoria

A Corregedoria do TCEES foi criada por meio da Lei Complementar nº 549, de 16 de abril de 2010, e tem como Corregedor, no biênio 2022-2023, o Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto. A unidade tem por competência aperfeiçoar as ações de controle externo e desenvolver atividades disciplinares, visando a melhoria do desempenho do órgão e à prevenção e apuração da conduta dos membros e servidores.

Cabe à Corregedoria avaliar a aplicação adequada das leis, a eficiência dos procedimentos de trabalho, o controle de prazos, a adoção das boas práticas gerenciais e de governança, bem como orientar e fiscalizar as atividades funcionais de membros e servidores do TCEES.

Apresenta-se, a seguir, uma síntese das atividades técnicas e administrativas desenvolvidas pela Corregedoria no exercício de 2023:

- Instrução de pedidos de nada consta de processos administrativos disciplinares, formados por servidores, para fins de aposentadoria;
- Acompanhamento de prazos dos processos de controle externo;
- Elaboração de Relatórios do Observatório de Desempenho Institucional;
- Instrução de processos disciplinares;
- Atividades de correição;
- Participação em reuniões externas com o Comitê de Corregedorias, Controle Interno e Ouvidoria da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).



Controle Interno

O Núcleo de Controle Interno (NCI) compõe a estrutura organizacional do TCEES, nos termos do artigo 45, inciso III, alínea “a”, do RITCEES. Integra o Sistema de Controle Interno do Tribunal, sendo responsável pela supervisão das normas de controle relativas ao referido sistema, conforme dispõe o artigo 4º da Resolução TC Nº 223, de 16 de dezembro de 2010, combinado com o quadro de unidades responsáveis disposto no Anexo I da Portaria Normativa nº 103, de 24 de setembro de 2020.

Segue um resumo das atividades desenvolvidas pelo NCI no ano de 2023:

- Elaboração e publicação do Plano Anual das Atividades de Controle Interno;
- Elaboração de documentos para compor a Prestação de Contas Anual do TCE;
- Produção do Relatório de Atividades realizadas pela Unidade de Controle Interno (RELACI) e o Relatório e Parecer Conclusivo do Controle Interno na Prestação de Contas Anual (RELUCI);
- Realização de auditoria de gestão, com vistas a atuar tempestivamente sobre os atos de gestão praticados pela Administração do TCEES;
- Execução de auditoria ordinária de conformidade;
- Elaboração de Comunicado de Recomendação e pareceres;
- Participação em reuniões de padronização de editais de licitação, contratos e termos de referência;
- Participação de grupo de trabalho de diagnóstico dos Controles Internos dos Tribunais de Contas do Brasil;
- Participação no 2º ciclo do Programa Nacional de Transparência Pública – PNTP, tendo o TCEES alcançado o selo Ouro;
- Revisão de normas internas de procedimentos.

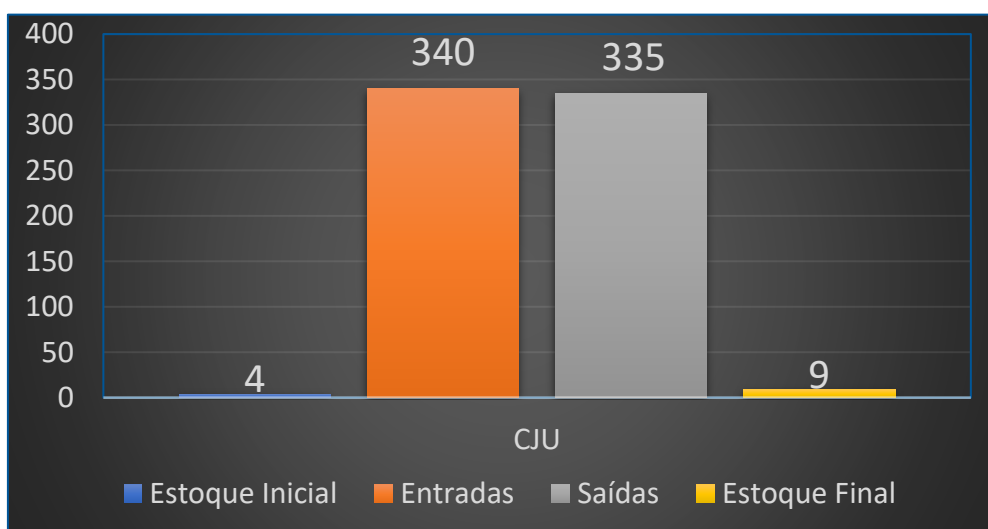


Consultoria Jurídica

A Consultoria Jurídica (CJU) é uma unidade de assessoramento da Presidência, cujas atribuições, conforme artigo 48, inciso II, da Resolução 261/2013, são: emitir parecer, fornecer subsídios jurídicos às questões relativas à Administração; e, excepcionalmente representar juridicamente o Tribunal e apoiar o órgão de representação judicial, quando for o caso.

No ano de 2023, o saldo inicial de processos da CJU, somado às entradas ao longo do ano, totalizou em 344 processos tramitados no setor. Deste total, 335 tiveram seus pareceres devidamente emitidos, restando apenas 7 processos pendentes para emissão de parecer e 2 no arquivo corrente, como se vê na figura 2:

Figura 2 - Estoque de processos da consultoria jurídica em 2023



Fonte: CJU

Ressalta-se que, no ano de 2023, a CJU instruiu 341 protocolos, restando na unidade apenas 2 a serem deliberados. Os 494 protocolos que se encontram no arquivo corrente local referem-se a acompanhamento de processos judiciais.



Resultados para a Sociedade

Montante de Multas e Ressarcimentos recolhidos

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPC) é um órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCEES, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa.

Além disto, o MPC é o órgão responsável por monitorar e acompanhar as cobranças relacionadas às punições aplicadas pelo TCEES. Em 2023, o MPC emitiu 95 termos de verificação de valores pagos no exercício. Do total verificado (R\$ 208.204,94), R\$ 159.574,26 foram em multas recolhidas aos cofres estaduais, R\$ 23.955,00 foram em multas recolhidas, conforme determina a legislação, enquanto R\$ 24.675,68 foram devolvidos aos cofres públicos em razão de uso indevido de recursos, como detalhado no quadro 3:

Quadro 3 - Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES no ano de 2023.

Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES	2023
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais	R\$ 159.574,26
Multas recolhidas	R\$ 23.955,00
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos	R\$ 24.675,68
Total	R\$ 208.204,94

Fonte: Secretaria do Ministério Público de Contas (SMPC)

Todas as cobranças estão disponíveis no site do MPC para consulta, no Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Cobranças. Nele, é possível conferir os valores devidos por todos os condenados pela Corte de Contas a pagar multa e a ressarcir os cofres públicos, bem como os pagamentos efetuados, se houve parcelamento do débito, se foi quitado ou pago com juros, entre outras informações.



Ferramenta de Controle Social: Painel de Controle

O TCEES conta com uma ferramenta facilitadora e eficaz, denominada Painel de Controle, para que a sociedade acompanhe as alocações dos recursos públicos. Este instrumento garante o cumprimento de um dos valores do TCEES que é a “Transparência”, que consiste em comunicar à sociedade seus atos, ações e resultados de forma ativa, clara, objetiva, tempestiva e acessível. O objetivo da ferramenta é fomentar o controle social e servir como apoio à tomada de decisões dos gestores públicos jurisdicionados da Corte de Contas.

Em 2023, no âmbito da evolução da ferramenta, as novas implementações promoveram a melhoria das informações que estão sendo disponibilizadas para a sociedade. Foram realizadas a manutenção nos painéis já existentes da folha de pagamento, da previdência, e nos painéis de receitas do Governo do Estado, dos municípios e RPPS, em decorrência de alterações normativas nas fontes de recursos para o exercício de 2023.

Foram implementados novos painéis de Assistência Social, Saneamento Básico, Planos Municipais de Saúde, Capacidade de Pagamento, versões simplificadas de pareceres prévios, e prestação de contas anuais não autuadas.

O painel de educação foi aprimorado com informações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes); Avaliação de fluência; e Taxa de abandono escolar.

As informações disponibilizadas ao longo do ano ampliam a possibilidade de controle social por parte do cidadão capixaba, possibilitando o acompanhamento de receitas, despesas, investimentos e serviços prestados pela Administração Pública.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Figura 3 - Painel de controle



Fonte: paineldecontrole.tcees.tc.br

Ferramenta de Pesquisa de Precedentes: Jurisprudência Seleccionada

Jurisprudência Seleccionada é o sistema que substituiu o Mapjuris, utilizado até então para pesquisa de precedentes do TCEES. Essa nova ferramenta possui filtros adicionais de pesquisa, melhorias na metodologia de trabalho, além de ser integrado ao sistema e-TCEES, o que facilita a busca de informações pelo público interno, jurisdicionados, advogados e pela área acadêmica, com acesso em destaque pelo portal do Tribunal.

Uma das principais vantagens deste novo sistema são as diversas alternativas de refinamento do resultado na pesquisa e a integração da busca de maneira textual, por assunto ou pela referência legal, pois no modelo anterior essa pesquisa era feita separadamente. Outra melhoria é a possibilidade de vinculação de resultados sobre um mesmo assunto, facilitando a uniformização da jurisprudência, bem como a permissão para que o usuário possa fazer pesquisa específica de enunciados, e não apenas de excertos.

Trata-se de uma plataforma de pesquisa de jurisprudência totalmente aprimorada com o que há de mais moderno em tecnologia de pesquisa de dados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Figura 4 - Jurisprudência selecionada



Fonte: <https://www.tcees.tc.br/jurisprudencia/>

Ouvidoria

Um outro canal que contribui para uma maior transparência e eficiência na Administração Pública é a Ouvidoria. Prevista no artigo 7º, da Lei orgânica (Lei Complementar nº 621/2012) e do RITCEES, a Ouvidoria do TCEES foi criada no ano de 2013, com a importante função de promover a coparticipação dos cidadãos no exercício do controle da Administração Pública, constituindo-se como canal de comunicação entre o Tribunal de Contas e a sociedade.

Os canais de comunicação da Ouvidoria estão disponíveis a todos os cidadãos, entidades ou agentes públicos e por meio deles, qualquer pessoa pode manifestar a sua opinião sobre os serviços prestados pelo TCEES, buscar informações sobre processos e documentos que tramitam na Corte, solicitar informações, noticiar a ocorrência de irregularidades no âmbito da administração pública estadual e municipal, bem como registrar sugestões, elogios ou reclamações.

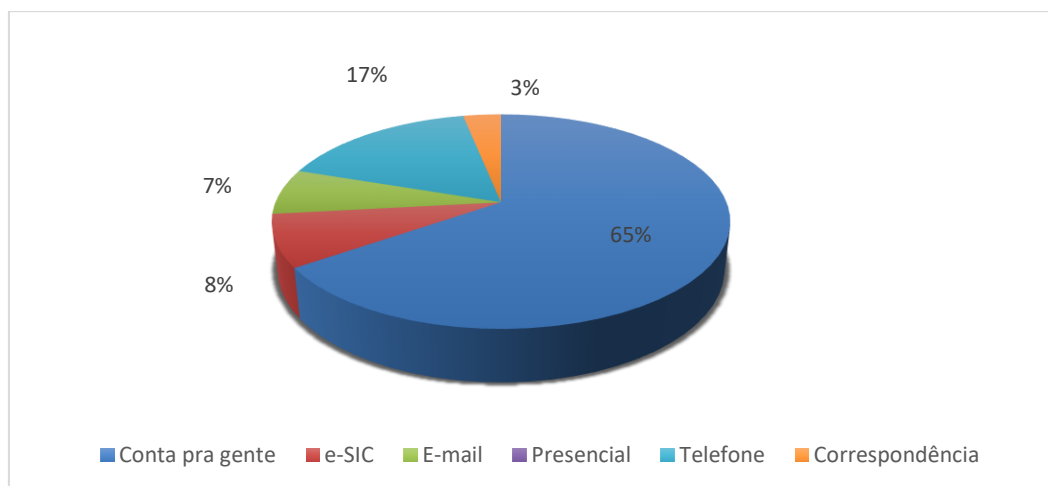


**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

No exercício de 2023, a Ouvidoria do TCEES realizou o registro de 1.230 demandas, 1.133 demandas típicas (solicitação, notícia de irregularidade, sugestão, reclamação e elogio) e 97 pedidos de acesso à informação.

O canal mais utilizado pela população para envio de suas manifestações foi o sistema “Conta pra Gente”, acessado no link Ouvidoria Online, na página da Ouvidoria, no portal do TCEES, conforme informa a figura 5:

Figura 5 - Canal mais utilizado pela população



Fonte: Ouvidoria

Além do atendimento diário às manifestações da sociedade, a equipe técnica da Ouvidoria desempenhou, em 2023, diversas atividades, como reuniões internas; reuniões relacionadas ao projeto Semear Cidadania, que visa levar cidadania às salas de aulas públicas e privadas; participação em comitês e comissões; comunicação com os controles internos dos jurisdicionados; e outras atividades técnicas e administrativas.



Comunicação

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das suas atribuições e dos resultados de suas ações, visando a transparência de sua atuação. Dispondo do uso de ferramentas, como o Portal TCEES, e redes sociais, como o Instagram e Twitter, o TCEES amplia a cada ano a divulgação de informações e serviços pela internet. No quadro a seguir estão dispostos dados acerca da atuação da Secretaria de Comunicação (Secom).

Quadro 4 - Principais atividades da Secom

Principais atividades de comunicação	2023
Jornalismo	
Nº de atendimento de demandas de imprensa	127
Nº de entrevistas coletivas	6
Nº de <i>releases/notas/artigos</i> enviados à imprensa	47
Número de notícias publicadas em veículos de imprensa	1.889
Valoração do espaço conquistado em mídia espontânea	R\$ 34.766.334,94
Nº de notícias inseridas no Portal TCEES	524
Nº de notícias inseridas na Intranet	294
Vídeos pós-produzidos	54
Eventos fotografados	117
Redes sociais	
Nº de postagens em redes sociais	2.407
Nº de impressões / visualizações em redes sociais	2.486.945
Nº de vídeos postados (Facebook e Instagram)	120
Audiovisual	
Nº de campanhas internas realizadas	16
Nº de peças gráficas (para todas as mídias/publicações)	1.080

Fonte: Secom



Em 2023, a Secom esteve presente em diversos eventos realizando a cobertura, como foi o caso do VIII Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas e a participação no evento organizado pelo TCEES - Encontro de Formação em Controle (ENFOC).

Os servidores da Secom participaram também do I Congresso Nacional de Comunicação dos Tribunais de Contas, tendo o TCEES sendo citado como referência na divulgação de informações tanto no portal da instituição, quanto nas redes sociais.

A Secom realizou várias coletivas de imprensa, como a do Painel de Obras do TCEES. Ao longo do ano, foram realizadas também diversas campanhas, como a “Além das Flores”, do Dia Internacional das Mulheres e “Por Dentro do Espectro”, no mês de conscientização sobre o Autismo.

Foi realizada uma robusta cobertura para redes sociais da ação nacional denominada “Operação Educação”, fiscalização inédita, juntamente com 32 Tribunais de Contas do Brasil, para avaliar mais de 1 mil escolas em todo o país.

Em 2023, o TCEES estreou na TVE-ES – canal aberto de televisão - o programa É da Sua Conta. O espaço, de 12 a 15 minutos, é usado para explicar ao público local quais são as principais atribuições do TCEES e sua composição; mostrar a relevância da instituição para a sociedade; apresentar o resultado de suas fiscalizações, entre vários outros assuntos institucionais.

Ainda este ano, foi realizada, em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas, um evento para comemorar o Dia do Servidor Público que contou com a palestra do velejador Lars Graef. Servidores da Corte fizeram apresentações musicais e muitos servidores foram homenageados pelo tempo de serviço prestado ao Tribunal.



CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO

Neste capítulo são apresentados os resultados alcançados no exercício de 2023 de acordo com a área de gestão, em conformidade com a missão institucional e com os objetivos estratégicos.

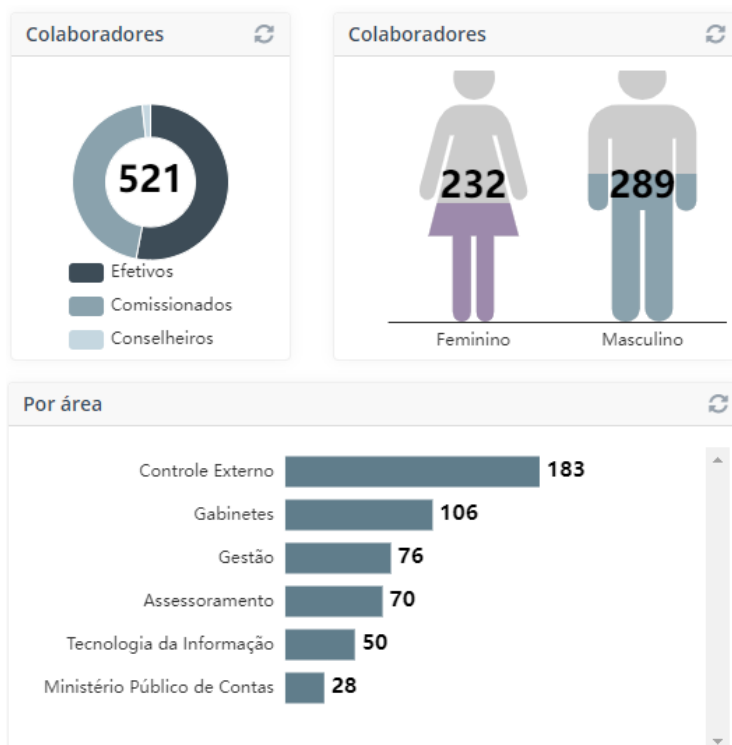
Gestão de Pessoas

O TCEES dispõe de uma unidade específica denominada Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) que tem por finalidade assegurar o cumprimento legal, a equidade e zelar pelo bem-estar de seus colaboradores.

Visão Geral dos Colaboradores

A disposição do quadro de pessoal está representada na figura 6.

Figura 6 - Quadro de pessoal TCEES



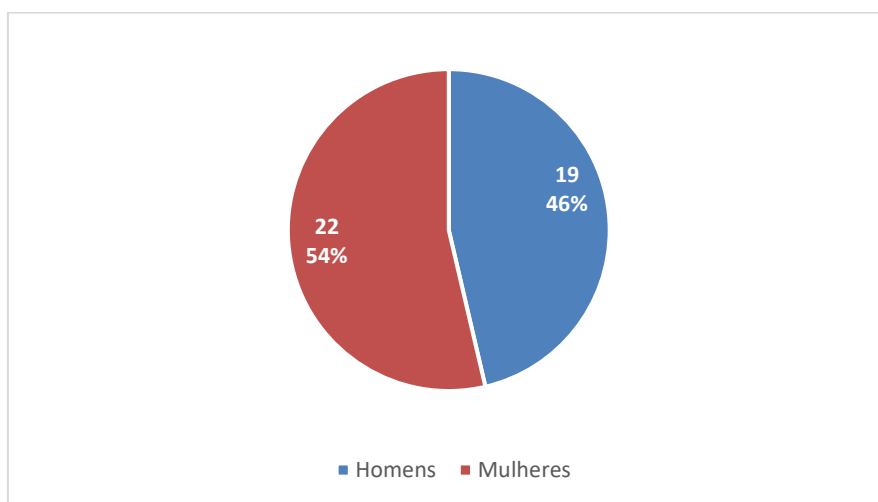
Fonte: sistema e-TCEES



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Dos 521 colaboradores, 53% são efetivos, 45% comissionados e 2% são conselheiros e conselheiros substitutos do TCEES. A instituição conta com 41 cargos de liderança, sendo que desse total, 19 são ocupados por servidores do sexo masculino e 22 do sexo feminino.

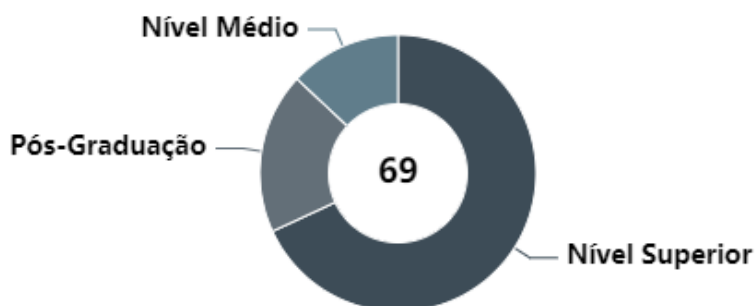
Figura 7 - Distribuição dos cargos de liderança por sexo



Fonte: adaptado de SGP

O Tribunal conta com um total de 69 estagiários distribuídos em todos os setores da corte. Na figura 8 consta uma representação distribuída por escolaridade.

Figura 8 - Distribuição do quadro de estagiários por escolaridade



Fonte: e-TCEES



No ano de 2023, a SGP realizou uma série de palestras para os servidores voltadas para a prevenção de doenças e ações motivacionais.

A SGP criou uma página na intranet para dar boas-vindas aos novos servidores, além da realização do Programa de Ambientação de Novos Servidores. Lançou o novo Painel de Gestão de Pessoas, mais moderno e proporcionando maior segurança e mobilidade no acesso à informação para a rede do TCEES.

Além disso, a SGP contemplou os servidores com medalhas de reconhecimento pelos anos de trabalho e méritos prestados com excelência em gestão.

Neste ano, foi lançado o primeiro módulo do Programa de Preparação para a Aposentadoria, destinado aos servidores que já tenham idade para se aposentar e aqueles que alcançarão, ou pretendem se aposentar, em um período de até 5 anos.

O Serviço Médico da SGP passou a disponibilizar oportunidade para que todos os servidores pudessem realizar consulta médica de caráter preventivo online. A ação é parte do Programa “Saúde do Servidor” e visa a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores do Tribunal.

Ainda em 2023, a SGP, em parceria com a Secom, realizou um evento para comemoração do dia do servidor público e aplicou nova pesquisa de clima com a finalidade de verificar a percepção dos servidores a respeito da Corte, visando contribuir na construção de uma Política de Gestão de Pessoas mais próxima dos seus colaboradores.



Gestão Educacional

O TCEES, visando o aperfeiçoamento das competências e habilidades de seus servidores, estagiários, jurisdicionados e dos cidadãos, realiza cursos de capacitação ofertados gratuitamente pela Escola de Contas Públicas (ECP).

No ano de 2023, houve a participação de 8.991 pessoas nos 278 eventos promovidos pela ECP, incluindo cursos *online*, cursos transmitidos em tempo real (síncrono), encontros virtuais e webinários.

No quadro 5, seguem números que demonstram a evolução de abrangência de cursos e expansão da capacitação pela ECP.

Quadro 5 - Resultados da capacitação

Resultados da capacitação ¹	2023	2022
Eventos	278	257
Eventos para servidores do TCEES	167	108
Interno (promovido pelo TCEES)	16	10
Externo (promovido por outras instituições)	112	58
Iniciativa do servidor	11	11
Outros eventos	28	29
Eventos para jurisdicionados TCEES (Presencial)	101	119
Eventos para jurisdicionados TCEES (EAD)	10	30
Pessoas capacitadas	8.991	35.508
Servidores e membros do TCEES	658	1.027
Jurisdicionados (Presencial)	5.403	6.492
Jurisdicionados (EAD)	2.930	27.989

¹ A capacitação também acontece por meio do acervo disponível na Biblioteca, que atualmente conta com

11.170 itens, disponível tanto para os seus servidores quanto para servidores de jurisdicionados e público externo em geral.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Horas de capacitação	78.316	111.603
Servidores e membros do TCEES	9.978	21.071
Jurisdicionados (Presencial)	19.615	34.419
Jurisdicionados (EAD)	48.723	56.113

Fonte: ECP

Ressalta-se que foram utilizados pela ECP o valor de R\$ 3.469.900,59 do orçamento do Tribunal para a execução destas atividades.

Em 2023, aconteceu o Encontro de Formação em Controle (Enfoc) do TCEES, oferecendo cursos de atualização e aperfeiçoamento a gestores, secretários, vereadores e servidores municipais. Os cursos contaram com os mais diversos temas ligados à gestão das contas públicas como: implantação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos com foco no Planejamento; Estudo Técnico Preliminar e Projeto Básico em Obras e Serviços de Engenharia; Renúncia de Receita; Concessões comuns e PPPs; Gestão de Riscos Aplicada ao Setor Público; Orçamento Público na prática; LGPD no setor público etc.

Além disso, a ECP promoveu cursos relacionados ao Programa de Ambientação, desenvolvido no período de 8 a 30 de agosto, para 20 novos auditores de controle externo que ingressaram na Corte.

Gestão Orçamentária e Financeira

Execução Orçamentária

O orçamento do TCEES para o exercício de 2023 apresentou dotação orçamentária inicial de R\$ 174.994.345,00 e atualizada de R\$ 194.394.345,00. O Quadro 6 apresenta a execução orçamentária.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Quadro 6 - Execução orçamentária

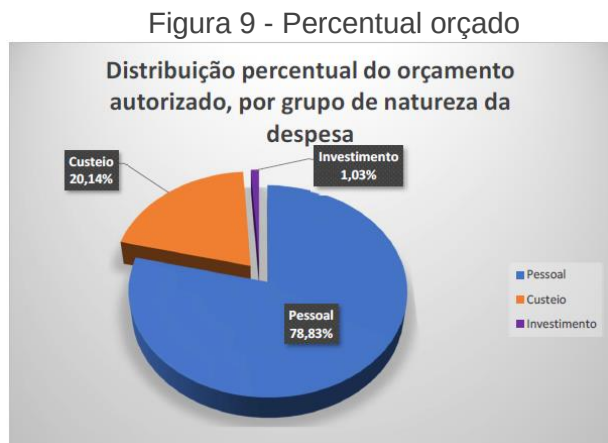
Acompanhamento	Dotação Inicial	Dotação atualizada ⁽¹⁾	Empenhado ⁽¹⁾	Liquidado ⁽¹⁾	Pago ⁽¹⁾
Despesas correntes	173.197.342,00	192.397.342,00	172.052.695,00	165.420.287,02	165.135.069,72
Pessoal	132.007.800,00	153.249.800,00	138.808.344,87	136.733.145,77	136.447.928,47
Pessoal – Ativo ⁽²⁾	132.007.800,00	153.249.800,00	138.808.344,87	136.733.145,77	136.447.928,47
Outras despesas (custeio)	41.189.542,00	39.147.542,00	33.244.350,13	28.687.141,25	28.687.141,25
Despesas de capital (investimento)	1.797.003,00	1.997.003,00	694.240,33	250.499,33	250.499,33
Total Geral	174.994.345,00	194.394.345,00	172.746.935,33	165.670.786,35	165.385.569,05

(1) Valores acumulados no ano, até o trimestre em análise.

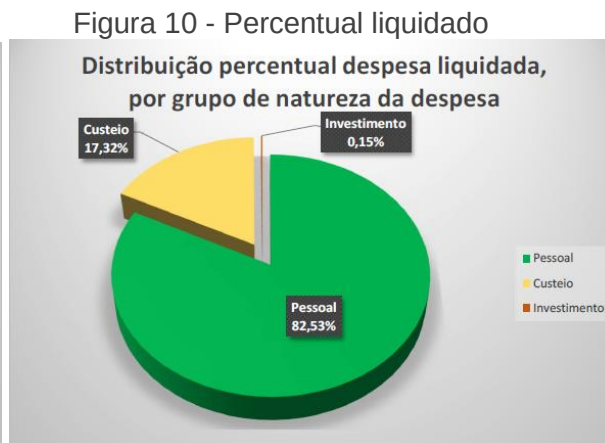
(2) Na coluna "dotação atualizada" consta o valor de R\$ 198.800 (cento e noventa e oito mil e oitocentos reais) cuja execução orçamentária e financeira foi descentralizada para o IPAJM, a fim de efetivar o pagamento do abono aos inativos e pensionistas do TCEES, conforme o Acordo de Cooperação/Convênio 0015/2023.

Fonte: Secretaria de Finanças e Contabilidade (SFC)

Nas figuras 9 e 10 estão demonstrados o percentual dos valores orçados e liquidados de acordo com a natureza da despesa, no exercício de 2023.



Fonte: SFC



Fonte: SFC



Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) trata de um dos mais importantes diplomas legais destinados a aprimorar a Administração Pública, visando atender às necessidades e objetivos dos cidadãos ao criar o conceito de responsabilidade na gestão fiscal.

Quanto às despesas com pessoal, o arcabouço legal brasileiro atribuiu bastante importância, e não poderia ser diferente, pois há grande impacto destes gastos no equilíbrio das contas públicas, e em casos de severos desajustes nas contas públicas, onde os limites de despesas com pessoal são ultrapassados, até os servidores estáveis poderão ser exonerados para que haja o enquadramento legal previsto na LRF e na Constituição Federal de 1988.

A relevância dada pelo ordenamento jurídico quanto às despesas com pessoal fica ainda mais clara quando preconiza que o descumprimento dos limites em questão e a não adoção das medidas corretivas imperativamente ordenadas pela Constituição Federal de 1988 e pela LRF são condutas graves que ensejam a aplicação de sanções administrativas e penais.

Neste contexto, o Tribunal adota absoluta prudência na geração de despesas com pessoal, estando consideravelmente abaixo do limite máximo estabelecido pela lei, conforme se vê no Quadro 7 e detalhadamente no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do TCEES:

Quadro 7 - Despesa com pessoal TCEES

Descrição	JAN/23 A DEZ/23
Despesa com pessoal para fins de apuração do limite – R\$	169.245.971,62
Receita Corrente Líquida Ajustada para cálculo dos limites de despesa com pessoal – R\$	22.306.473.322,99
Limite apurado – %	0,759%
Limite máximo – 1,300 %	289.984.153,20
Limite prudencial – 1,235 %	275.484.945,54
Limite de alerta – 1,170 %	260.985.737,88

Fonte: RGF – Janeiro a dezembro de 2023.



Gestão Documental

O TCEES dispõe de uma gestão documental, realizada pelo Núcleo de Controle de Documentos (NCD), que contribui para o adequado funcionamento da Corte. No quadro 8 constam algumas ações realizadas pela unidade:

Quadro 8 - Controle documental

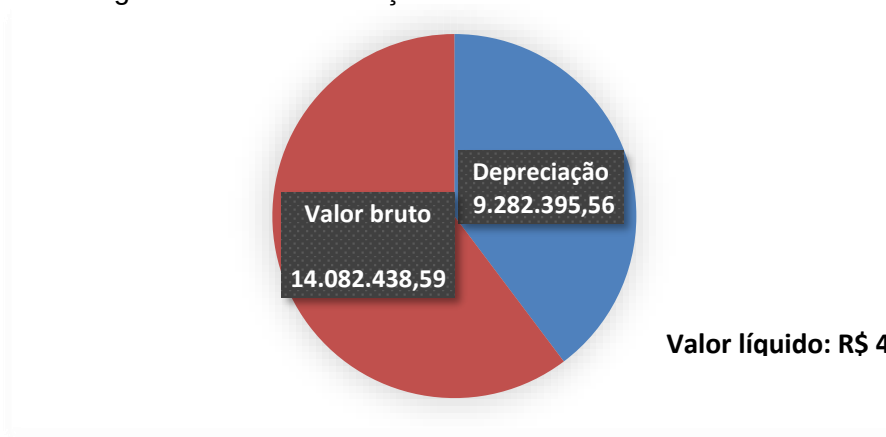
Controle documental	2023
Correspondências expedidas	3.057
Correspondências recebidas	6.536
Nº de processos arquivados	10.812
Nº de atendimentos <i>online</i>	8.256
Nº atendimentos presenciais	1.356

Fonte: NCD

Gestão Patrimonial e de Infraestrutura

A mensuração dos ativos do TCEES é feita pela Secretaria de Finanças e Contabilidade (SFC). Nas figuras 11, 12 e 13 estão demonstrados os valores dos bens móveis, imóveis e intangíveis desta Corte em 2023:

Figura 11 - Contabilização dos Bens Móveis do TCEES

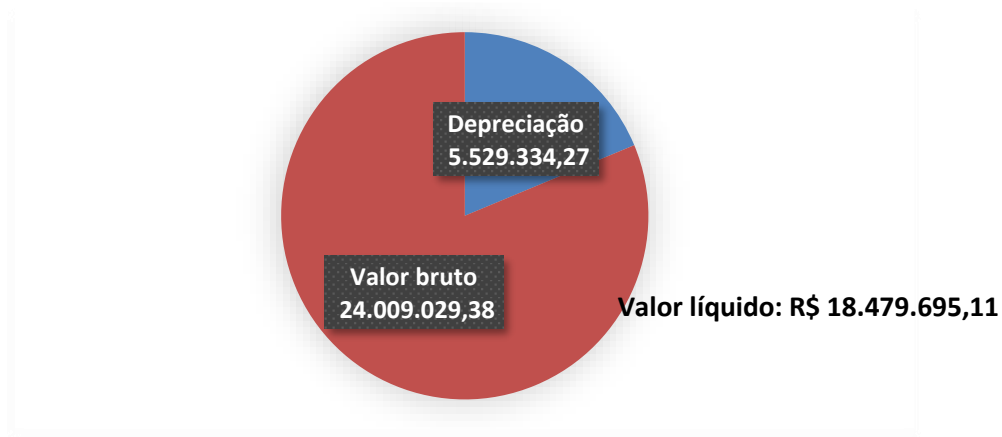


Fonte: Secretaria de Finanças e Contabilidade



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

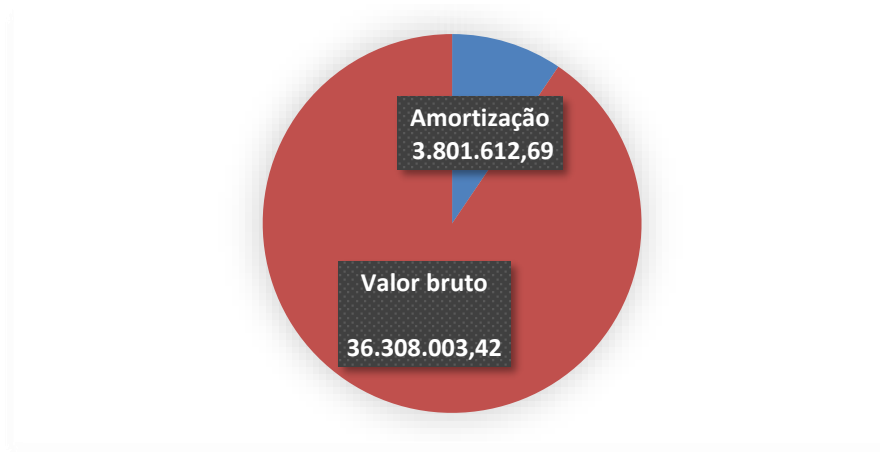
Figura 12 - Contabilização dos Bens Imóveis do TCEES



Fonte: Secretaria de Finanças e Contabilidade

O TCEES também dispõe de Bens Intangíveis, totalizando o valor líquido de R\$ 32.506.390,73.

Figura 13 - Contabilização dos Bens Intangíveis do TCEES



Fonte: Secretaria de Finanças e Contabilidade



O TCEES conta com o Núcleo de Obras e Manutenção (NOM) para gerir e zelar pela sua infraestrutura.

Em 2023, foi executada a obra de pintura da fachada. A pintura da fachada, assim como outros tipos de revestimentos, para além da estética, tem a função de proteger a edificação das ações da umidade e da poluição, contribuindo para a conservação do imóvel e ampliação de sua vida útil. A execução da obra teve início em janeiro e foi concluída no início do mês de julho/2023, dentro do prazo previsto e sem necessidade de aditivos. Além da renovação das cores, também foram tratadas patologias – como trincas, ferragens expostas, infiltrações, entre outras. A definição das cores é um ponto relevante, pois influenciam não apenas na estética, mas também no conforto térmico e na eficiência energética da edificação.

O NOM, em 2023, realizou a criação de novos ambientes e adequações para o regime híbrido. Praticamente todo o primeiro pavimento do TCEES teve o leiaute alterado para comportar as novas modalidades de trabalho. Foram criadas salas de coworking para o trabalho de equipes híbridas e novas salas de reunião. Foi ampliada a área de trabalho da Secom e criada nova sala de aula para a ECP. Além disso, foi construído um novo estúdio de gravação para a Secom e foram equipados os estúdios da Secom e da ECP com tratamento acústico nos forros e revestimentos de paredes, além da instalação de equipamentos de luz e som.

Entre outras ações, houve a substituição dos pisos laminados dos gabinetes; revestimento do piso dos banheiros dos gabinetes; instalação de novos bebedouros; aquisição e instalação de aparelhos de ar-condicionado; reforma e ampliação da copa do plenário; aquisição de mobiliário e equipamentos, especificados pelo NOM para os novos ambientes criados e para melhorias nos existentes; projeto, contratação e execução de marcenaria; projeto de paisagismo, aquisição de plantas ornamentais e revitalização dos jardins; aquisição de softwares de engenharia; e execução de contrato de serviço contínuo de manutenção predial preventiva e corretiva. A seguir consta o quantitativo das atividades realizadas pelo NOM:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Quadro 9 – Quantitativo das atividades do NOM

ATIVIDADES	2023
Instrução de Processos de Novas Contratações	18
Elaboração de ETPs	14
Fiscalização de Contratos	12
Alterações de Leiaute	26
Chamados de Manutenção Predial	278
Chamados de ar condicionado	35

Gestão da Tecnologia

O TCEES vislumbrava há alguns anos que a tecnologia funcionaria como instrumento facilitador na realização das suas atividades e, assim, já possuía um relevante histórico de investimentos em tecnologia da informação, o que possibilitou a adoção do teletrabalho sem a paralisação das atividades da Corte.

Este processo atendeu com excelência as expectativas decorrentes do aumento da demanda advinda do uso de recursos tecnológicos pelos membros e servidores do Tribunal, em virtude do modelo remoto de trabalho adotado. No quadro 10 demonstra-se alguns resultados da área de tecnologia da informação:

Quadro 10 - Dados de Evolução da TI

Evolução da Tecnologia da Informação	2023	2022
Estações de trabalho	715	655
Servidores com acesso aos recursos da rede	581	558
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	4	4
Sistemas em funcionamento	87	83
Desenvolvidos pela STI	76	70
Adquiridos de terceiros	11	13

Fonte: STI



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

No Quadro 10 verifica-se um aumento nos sistemas desenvolvidos pela STI, em comparação ao exercício de 2022, o que facilitou a aplicação do trabalho remoto e contribuiu para a transparência e disseminação de informações aos jurisdicionados e à sociedade capixaba.

Dentre os sistemas que estão em funcionamento, destacam-se os que dão suporte ao controle externo, conforme dispostos no quadro a seguir:

Quadro 11 - Sistemas de Suporte ao Controle Externo

Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
Acompanhamento de Execuções (Cobranças)	Módulo do e-TCEES que visa apoiar a Secretaria do Ministério Público Especial de Contas (SMPC) na gestão de multas e ressarcimentos relativos a jurisdicionados, decorrentes de processos julgados no TCEES.
Ambiente de análise de contas	Módulo desenvolvido para que os auditores realizem análises sobre as remessas de prestação de contas enviadas pelos Jurisdicionados através do CidadES.
Ambiente de Validação do Sistema de Contratação	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados testarem o envio, por meio da internet, dos dados referentes à contratações públicas.
Análise e Seletividade	O módulo Análise e Seletividade tem o objetivo de avaliar as denúncias e representações recebidas pelo TCE-ES que terão o prosseguimento da instrução processual, uma vez que a informação de irregularidade alcançar a pontuação mínima na análise de seletividade e for constatada a oportunidade da execução da ação de controle.
Avaliação de Tarefas	Módulo do e-TCEES que permite que algumas peças produzidas, nos processos de controle externo, sejam avaliadas pelos gestores das áreas técnicas. A avaliação abrange diversos aspectos, tais como concisão, objetividade e cumprimento de prazo.
Banco de achados	É uma plataforma para publicação, revisão e atualização de achados padrões de auditoria e contas. O módulo é acessado através do e-TCEES e substituiu o antigo banco de achados.
diárioBOT	O diárioBOT é um robô que coleta publicações do Diário Oficial do Espírito Santo e do Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo e utiliza inteligência artificial a fim de tentar prever a qual tema cada publicação pertence, conforme as especialidades das unidades técnicas do TCE-ES.
Geo-Obras	Serviço utilizado para acompanhamento de obras e serviços de engenharia realizados pelos jurisdicionados com recursos públicos. Esse serviço possibilita a consulta dos investimentos realizados pelo Governo nas mais diversas regiões do Estado. Por meio da combinação das opções de filtro disponíveis, o cidadão consegue obter informações gerais ou específicas sobre as obras.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Gestão das Sessões Plenárias	Módulo do e-TCEES que permite a gestão de informações das sessões plenárias e das câmaras do Tribunal, incluindo pautas, deliberações, dentre outros.
Gestão de Acompanhamento do MMD	Gestão do painel do e-TCEES que exibe a avaliação do TCE-ES frente aos Marcos de Medição de Desempenho (MMD), definidos pela ATRICON. Estão disponíveis as seguintes informações: Gráfico sintético: compara-se a avaliação realizada pela ATRICON em 2019, a média nacional e a atual avaliação realizada pela ASGOV; Quadro Analítico: exibe-se as notas obtidas em cada marco de medição.
Gestão de Enquetes	Serviço que possibilita criação, edição e manutenção de enquetes eletrônicas.
Gestão de Procuradoria de Processos	Módulo do e-TCEES que possibilita o gerenciamento dos procuradores do MPC associados aos processos, por meio de cadastro de sorteio automático e demais eventos de alterações de relatoria, tais como afastamentos e substituições.
Gestão de Relatoria de Processos	Módulo do e-TCEES que possibilita o gerenciamento das relatorias de processos, através da funcionalidade de sorteio de relatoria e cadastros de eventos de alterações de relatoria, tais como afastamentos e substituições.
LRFWeb	Serviço para recebimento dos dados relativos à gestão fiscal dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, com vistas ao controle instituído pela Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).
Monitoramento de Deliberações	Módulo do e-TCEES que permite o monitoramento de deliberações de processos e acesso às providências cadastradas.
NF-e Públicas	Este painel apresenta informações relativas às notas fiscais das compras públicas que foram realizadas no estado do Espírito Santo. Os dados utilizados são obtidos através de um convênio do TCE-ES com a SEFAZ-ES.
PACE – Plano Anual de Controle Externo	Módulo do e-TCEES que oferece apoio ao planejamento e criação do Plano Anual de Controle Externo (PACE)
Painéis de Gestão	Módulo do e-TCEES que disponibiliza diversos painéis de gestão com indicadores visuais. Estão disponíveis os seguintes painéis de gestão: Meu setor • Mesa • Visão Geral • Planejamento • Fiscalizações • Processos • Tarefas • Desempenho • Colaboradores • Custos e benefícios Observatório • Cumprimento Resolução 300 e MMD • Prazos para julgamento • Prazos no setor



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

	• Prazos de tarefas • Tempo no setor Controle externo • Prioritários • Visão geral • Fiscalizações • Benefícios • Sessões • Deliberação • Ouvidoria • Sobrestados Administrativo • Execução orçamentária • Gestão do orçamento • Recursos Humanos • MMD • Processos • Planejamento • Prazos por processo Gradativamente estão sendo desenvolvidos novos painéis de gestão.
Portal de Análise de Dados	O painel de análise de dados possui ferramentas e informações para apoiar na análise de dados nas bases do TCEES e permitir que os próprios servidores possam, de forma independente, construir as consultas e painéis de que necessitam.
Prestação de Contas Anual	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Prestação de Contas Anual (PCA).
Prestação de Contas Mensal	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Prestação de Contas Mensal (PCM).
Processo Eletrônico	Módulo do e-TCEES que permite a gestão dos processos eletrônicos de controle externo e administrativos, abrangendo sua autuação, tramitação, gestão de documentos e arquivamento.
Protocolo Eletrônico	Módulo do e-TCEES que permite aos servidores do TCEES o gerenciamento de protocolo eletrônico, incluindo sua criação, movimentação e outras ações.
Publicação Demonstrativos Fiscais	A Publicação de Demonstrativos Fiscais é utilizado principalmente pelo setor NGF, na busca de publicações do Diário Oficial do Estado e do Diário Oficial dos Municípios que contenham informações sobre os Relatórios de Gestão Fiscal – RGF e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO.
SisaudWeb – Consulta	O serviço Sisaud foi descontinuado no ano de 2013, substituído pelos serviços de Prestação de Contas Anual e Mensal do sistema CidadES. Hoje é possível realizar a consulta dos dados relativos aos exercícios de 2002 a 2012.
Sistema de Atos de Pessoal	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos responsáveis pelas Unidades Gestoras (UGs), que realizam concurso público para provimento de pessoal, remeter



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

	digitalmente ao TCEES informações relativas à admissão de pessoal para cargos e empregos públicos.
Sistema de Benefícios	Módulo do e-TCEES que permite o cadastro e gestão dos benefícios advindos das ações de controle externo tomadas pelo TCEES.
Sistema de Comunicação	Módulo da plataforma CidadES que possibilita que os servidores cadastrados como responsáveis no CidadES visualizem, respondam ou tomem ciência das comunicações encaminhadas pelo TCE-ES.
Sistema de Concessão de Benefícios	Módulo da plataforma CidadES, que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados dos atos de concessão de benefícios de aposentadoria, reforma e reserva, cuja data de expedição ou do trânsito em julgado (no caso de concessão decorrente de decisão judicial) ocorreu a partir de 1º de julho de 2022.
Sistema de Contas Julgadas	O Parecer Prévio emitido pelo TCE-ES sobre as contas anuais prestadas pelos chefes do Poder Executivo Municipal é encaminhado ao Poder Legislativo Municipal para, mediante o mesmo, proceder o julgamento das contas do Prefeito.
Sistema de Contratação	Envio de informações sobre contratações em geral nas Unidades Gestoras.
Sistema de Estrutura de Pessoal	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes aos cargos, empregos e funções públicas, ou outros tipos de vínculos com a administração pública capixaba.
Sistema de Fiscalização	Módulo do e-TCEES que oferece apoio às atividades de fiscalização realizadas pelos auditores do Tribunal.
Sistema de Folha de Pagamento	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Folha de Pagamento.
Sistema de Indícios	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos servidores do TCEES a gestão (identificação, submissão, análise e encaminhamento da resposta) de possíveis problemas/acompanhamentos identificados em processos de controle externo, trilhas de auditoria, denúncias, entre outros.
Sistema de Levantamento de Educação	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos responsáveis pelas Unidades Gestoras (UGs) remeter digitalmente ao TCEES informações relativas ao ensino público municipal.

Fonte: SGTI



RESULTADOS – CONTROLE EXTERNO

Ações de Controle Externo

As ações de controle externo realizadas, anualmente, pelo TCEES estão discriminadas no Plano Anual de Controle Externo (PACE), que é o instrumento de planejamento elaborado pela Secretaria Geral de Controle Externo (Segex) e aprovado em Plenário.

No ano de 2023, foram realizadas análise e instrução de processos de consulta, recurso, representação, denúncia e os referentes às prestações de contas anual (contas de governo e gestão) e, ainda, de processos relacionados a atos concessórios e de admissão de pessoal enviados ao Tribunal pelas unidades gestoras jurisdicionadas.

Ressalta-se ainda que, mensalmente, são elaborados Boletins da Macrogestão Governamental com o objetivo de destacar os principais resultados da gestão dos recursos públicos do Estado e dos municípios capixabas, de modo a permitir o acompanhamento tempestivo, bem como a tomada de ações preventivas pelos gestores públicos. O Tribunal disponibiliza este instrumento por meio do link do Painel de Controle: <https://paineldecontrole.tcees.tc.br/boletinsInformativos/2023/boletimMensal>

As informações disponibilizadas no Painel de Controle possibilitam o acompanhamento da gestão fiscal, geração de certidões, e diversas ações de controle social e externo.

Além disto, várias outras ações de controle externo foram iniciadas ou até mesmo completamente executadas no período. Dentre elas, destacam-se as relacionadas às seguintes temáticas:



Saúde

Foi destaque no ano de 2023 o Boletim da Hanseníase publicado no Painel de Controle do TCEES. O estudo técnico apresentou aspectos do desempenho da Política Nacional de Controle da Hanseníase, observando, sobretudo, a proporção de casos curados no Estado do Espírito Santo. Para tanto, utilizou-se da base de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) e do Sistema de Informação em Saúde E-SUS Vigilância em Saúde (ESUS-VS). Em ambas as ferramentas, as principais dimensões avaliadas foram a proporção de cura e o quantitativo de novos casos confirmados, dados estes tocantes ao último decênio, o qual está compreendido entre os anos de 2012 e 2021 para o Brasil, suas regiões, estados e os municípios do Espírito Santo.

Também foi elaborado o Boletim do Autismo, publicado no Painel de Controle do TCEES. O objetivo do estudo técnico foi apresentar os aspectos do desempenho da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista (TEA), desenvolvida no Estado do Espírito Santo, observando, como variável representativa desta população em específico, o número de autistas nas escolas públicas e particulares do estado. Para tanto, utilizou-se da base de dados da Gerência de Regulação Ambulatorial da Secretaria Estadual de Saúde (SESA) e do Departamento de Estatística da Secretaria Estadual de Educação (SEDU), bem como informações da rede privada de apoio socioassistencial no Espírito Santo, a exemplo da Associação de Pais e Amigos dos Extraordinários (APAE) e a Associação dos Amigos dos Autistas do Espírito Santo (AMAES).

Em razão do dia mundial da conscientização do autismo, data celebrada em 2 de abril pela Organização das Nações Unidas (ONU), este boletim busca contribuir com a conscientização sobre o tema, reunindo dados de diferentes instituições que se relacionam com o atendimento da pessoa autista, especialmente no contexto capixaba.



Com o objetivo de aprofundar o debate a respeito das Políticas Públicas (PP) destinadas às crianças de 0 a 6 anos, o TCEES promoveu estudo sobre a Mortalidade Infantil por Causas Evitáveis (MICE), buscando examinar os dados do Estado do Espírito Santo de forma a ampliar o conhecimento sobre a temática da primeira infância, como sugere o Pacto Nacional pela Primeira Infância (PNPI), para a publicação de um Boletim sobre o assunto.

Foi concluído o monitoramento da auditoria de conformidade realizada na Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) e nas 78 Secretarias Municipais de Saúde, no período compreendido entre 27/3/2020 e 16/11/2020. O objetivo foi fiscalizar a tempestividade e a compatibilidade do planejamento em saúde (Plano de Saúde e Programação Anual de Saúde) com as leis orçamentárias (planos plurianuais e leis orçamentárias anuais) e com o objetivo 3 (saúde e bem-estar) dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da “Agenda 2030”, da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 2023 também foi elaborado e publicado no Painel de Controle o Boletim com a temática “Dados do Câncer de próstata no estado do Espírito Santo”. O boletim tem como objetivo oferecer uma análise descritiva dos dados relacionados ao câncer de próstata, considerando a população masculina residente no Estado do Espírito Santo, no período de 2018 a 2022. Para tanto, utilizou-se da base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento de informática do SUS (Datasus), bem como de relatórios do Instituto Nacional do Câncer (Inca2). Esse estudo analisou os diversos aspectos que circundam o desempenho da Política Nacional para Prevenção e Controle do Câncer (PNPCC), com ênfase no câncer de próstata, como o volume de diagnósticos realizados no Sistema Único de Saúde (SUS) e o número de médicos urologistas atuando no território estadual.

² Sobre os dados do IBGE, foi utilizado o Censo demográfico para o ano de 2022 e a estimativa da população para os anos de 2018 a 2021.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Também houve no período um levantamento com objetivo de conhecer a situação dos hospitais públicos capixabas relacionados aos aspectos de governança, gestão organizacional, e de infraestrutura (processo 6349/2023).

E ainda houve a conclusão e a divulgação do Painel de Monitoramento dos Planos de Saúde em que constam dados estruturados dos planos municipais de saúde e dos Relatórios Anuais de Gestão dos 78 municípios capixabas.

No período, o TCEES promoveu capacitação para os Conselheiros de Saúde realizado nos dias 08 e 09 de novembro de 2023.

Educação

Foi concluída em 2023 a fiscalização na modalidade Levantamento com foco nos requisitos mínimos de qualidade da infraestrutura das unidades escolares, fruto do acordo de cooperação entre a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB) e contando com a participação de todos os tribunais de contas brasileiros.

No período, a auditoria operacional das diretrizes para Educação para as Relações Étnico-Raciais – EREER da linha de ação “Avaliar a operacionalização das diretrizes decorrentes das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 (ensino da história e cultura afro-brasileira e indígenas, respectivamente) pelas redes de ensino do Espírito Santo” (Processo 2656/2023) realizada pelo TCEES estava em fase de submissão do Relatório Preliminar ao jurisdicionado.

Foi concluída a Auditoria Operacional da Educação Especial da linha de ação “Avaliar a operacionalização da Educação Especial nas redes de ensino do Espírito Santo.” (Processo 5087/2023).



Em junho, mais de 50 prefeitos e o governador do Estado assinaram o Termo de Ajustamento da Gestão (TAG) da Educação em solenidade realizada no auditório do TCEES. O TAG tem como propósito corrigir inadequações na rede escolar de ensino capixaba que causam desigualdade educacional e a não garantia do padrão mínimo de qualidade do ensino. Seus objetivos são a eliminação da concorrência entre as redes da educação básica municipal e estadual; a otimização e o reordenamento das redes da educação municipal e estadual; a definição de critérios mínimos para a escolha do gestor escolar; e a criação de uma câmara regional de compensação para disponibilização de servidores entre as redes de educação básica.

Foi concluída a auditoria operacional para fiscalizar as ações realizadas pelo poder público em relação à política de atenção à primeira infância nas áreas de saúde, educação e assistência social (Processo 4002/2023).

Também foram realizadas reuniões com especialistas para identificação dos principais problemas, e possíveis soluções, na área da educação, com vistas a subsidiar os planejamentos das ações de controle desenvolvidas pelo TCEES.

Resíduos Sólidos

No ano de 2023 houve a continuidade do acompanhamento das providências adotadas pelos municípios quanto à definição da entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos (2º ciclo), conforme estabelecido no art. 8º, § 5º da Lei Federal 11.445/2007, bem como quanto ao estabelecimento de cobrança pelos serviços de manejo de resíduos sólidos, com vistas a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira destes serviços, conforme estabelecido no art. 29, II da Lei 11.445/2007 e Norma de Referência nº 1/2021 da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).



Esta ação visa contribuir para a melhoria da prestação dos serviços de limpeza pública e manejo de resíduos, bem como para a gestão financeira de sua prestação. Além disso, contribui para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 e 12, que tratam de “Cidades e comunidades sustentáveis” e “Consumo e produção responsáveis”, respectivamente.

Saneamento Básico

Foi lançada mais uma ferramenta de controle social: o Painel de Saneamento que tem como objetivo dar transparência aos principais indicadores de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios do Espírito Santo aos gestores públicos e à população em geral, além de possibilitar o acompanhamento da evolução ou involução desses serviços públicos, tendo como referência as metas de universalização estabelecidos pela Lei 11.445/2007. O Painel de Saneamento também apresenta o Ranking Capixaba de Saneamento Básico (RCSB).

A disponibilização desta ferramenta propiciará o controle social sobre a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como do RSBMC. O painel também disponibilizará informações importantes para a avaliação de risco nas fiscalizações dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Foi concluída a auditoria operacional para avaliar a implementação da Política Estadual de Saneamento Básico (processo 5210/2022). A partir dos achados e propostas de deliberações, espera-se contribuir para a melhoria da implementação da Política de Saneamento Básico, no tocante às vertentes de abastecimento de água e esgotamento sanitário, considerando os desafios estabelecidos pela alteração do Marco de Saneamento em 2020.



Estava em andamento no período a fiscalização na prestação dos serviços de esgotamento sanitário em municípios da Grande Vitória – Auditoria de Conformidade (processo 4031/2023). A fiscalização visa apurar as causas e responsabilidades pelas falhas na prestação de serviços de esgotamento sanitário, de modo a minimizar os impactos sobre o meio ambiente e a saúde da população, além de contribuir para a melhoria dos gastos e governança pública no desenvolvimento urbano sustentável e para o alcance das metas do ODS 6 “Água Potável e Saneamento”.

Obras Públicas

As obras públicas mais relevantes, selecionada segundo critérios de materialidade, risco, relevância e oportunidade, estão sendo acompanhadas, para fins de controle, por meio de imagens de satélite fornecidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

No período, também foi concluída a auditoria de conformidade nas obras rodoviárias, que constam no Painel de Controle do TCEES, listadas como em andamento com necessidade de atenção especial (Contrato PMPK 246/2016 e Contrato DER 7/2014).

Foi realizada análise de viabilidade quanto à instituição de comissão de estudos sobre as obras paralisadas e inacabadas no Estado do Espírito Santo. Este acompanhamento foi realizado em parceria com outros tribunais de contas estaduais e municipais aderentes, sob a liderança do Tribunal de Contas da União – TCU, com o objetivo de viabilizar a retomada ou a destinação adequada sob o ponto de vista técnico-financeiro, com a participação de representantes dos órgãos e entidades envolvidos no tema.

Também no período estava em andamento a fiscalização acerca dos motivos da paralisação e eventuais medidas para a retomada de obra de edificação escolar encontrada abandonada durante procedimentos da Operação Educação e ainda quanto



à existência de programa de manutenção nas escolas a partir dos resultados desta Operação.

Foi realizada Auditoria de Conformidade (Proc. 4558/2023) para fiscalizar o sistema de iluminação pública do Município da Serra, com foco em modernização e manutenção do sistema. Não foram identificadas irregularidades, havendo o achado positivo de ter um setor específico formado por profissionais de engenharia para o tratamento da Iluminação Pública no Município fiscalizado.

Também foram fiscalizados no período os motivos da paralisação e eventuais medidas para retomada de obra de edificação escolar encontrada abandonada durante procedimentos da Operação Educação. Decorrentes desta operação também houve fiscalização de Programas de Manutenção nas escolas.

No ano também houve fiscalização para a verificação do cumprimento integral dos termos do acordo celebrado pelo Departamento de Estradas e Rodovias do Espírito Santo – DER/ES com o Consórcio Andrade Valladares – Topus – Cais das Artes, visando a conclusão do empreendimento denominado Cais das Artes.

Parceria Público-Privada e Concessão

Encontrava-se em andamento a análise concomitante do edital e demais estudos de modelagem da parceria público-privada referente à iluminação pública do município de Venda Nova do Imigrante.

Também estava sendo realizada no período uma auditoria ordinária em contrato de concessão para verificar a regularidade da execução do contrato de concessão do Parque da Cachoeira de Mathilde no município de Alfredo Chaves.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Também estava em andamento uma auditoria ordinária em contrato de concessão de terminal rodoviário do município de São Roque do Canaã para analisar o cumprimento das obrigações contratuais e da efetividade da fiscalização do poder concedente.

Estava em andamento a análise concomitante de edital e demais estudos de modelagem da Parceria Público-Privada (PPP) de iluminação pública do município de Colatina.

Foi finalizado no período a auditoria ordinária em contrato de concessão de estacionamento rotativo do município de Colatina, a fim de promover a análise do cumprimento das obrigações contratuais e da efetividade da fiscalização do poder concedente.

Houve no período a análise concomitante do edital e demais estudos de modelagem da concessão comum de água e esgotamento sanitário de Sooretama (Proc. TC 964/2023). O benefício quantitativo conclusivo/potencial ao erário foi de R\$ 252.924.691,84 (duzentos e cinquenta e dois milhões novecentos e vinte e quatro mil seiscientos e noventa e um de reais e oitenta e quatro centavos).

O contrato de concessão da Rodosol foi objeto de monitoramento de cumprimento de deliberações do Acórdão constante no Processo 5591/13, em especial em relação ao reequilíbrio econômico-financeiro final do contrato.

Patrimônio Público

Foi concluído o relatório da auditoria operacional que avaliou a eficácia do esclarecimento dos crimes contra o patrimônio, do ponto de vista da quantidade de crimes investigados e da identificação e sanção dos responsáveis, e o atingimento das metas estabelecidas. Adicionalmente, foi avaliada a eficiência na aplicação dos recursos humanos e materiais empregados na investigação dos crimes patrimoniais.



Receita Pública

Foi finalizada a fiscalização no Governo do Estado para avaliar o Planejamento, constituído nas peças orçamentárias, referente ao exercício de 2022, das concessões de incentivos fiscais vigentes que resultaram em renúncia de receita tributária em face das previsões legais na legislação capixaba, e os controles estatais referentes à concessão dos benefícios fiscais, especialmente para fins de regular prestação de contas nos termos da IN 068-2020, no tocante ao Demonstrativo de Renúncia de Receita (DEMRE). Esta ação tem como finalidade apurar a fidedignidade dos dados exigidos quanto à renúncia de receita a partir da IN 68/2020 para prestação de contas anual de governo.

Com vistas a subsidiar a emissão de Parecer Prévio para o julgamento a ser realizado pelo Poder Legislativo, bem como avaliar a conformidade dos documentos atinentes à Renúncia de Receitas encaminhados nas respectivas Prestações de Contas (PCA), foi finalizada a instrução de 2021 e 2022 do conteúdo relativo à Renúncia de Receitas na Prestação de Contas do Governador do Estado. Quanto aos municípios, foi finalizada a instrução do conteúdo relativo à Renúncia de Receitas na Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo Municipal do exercício de 2021 e a de 2022 estava em fase de instrução inicial.

Gestão Fiscal

Com vistas a subsidiar a emissão de Parecer Prévio para o julgamento a ser realizado pelo Poder Legislativo, bem como avaliar a conformidade dos documentos atinentes à gestão fiscal encaminhados nas respectivas Prestações de Contas (PCA) foi finalizada a instrução de 2021 e 2022 do conteúdo de gestão fiscal nas Prestação de Contas do Governador do Estado. Quanto ao conteúdo de gestão fiscal na Prestação de Contas do



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Chefe do Poder Executivo Municipal foi finalizada a Instrução Inicial do exercício de 2021, e estava em andamento a Instrução Técnica Conclusiva; enquanto o exercício de 2022 estava em fase de instrução inicial.

Foi finalizada a instrução de 2021 e 2022 do conteúdo de gestão fiscal na Prestação de Contas do Chefe do Poder Legislativo Estadual, bem como avaliada a conformidade dos documentos atinentes à gestão fiscal encaminhados nas respectivas Prestações de Contas (PCA). Quanto a este conteúdo na Prestação de Contas do Chefe do Poder Legislativo Municipal foi finalizada a Instrução Inicial do exercício de 2022; estava em andamento a Instrução Técnica Conclusiva.

Foi finalizada a instrução de 2021 e 2022, sobre os aspectos da gestão fiscal, dos processos de prestações de contas anuais - de gestão - dos chefes de poderes no âmbito do Estado, sob a jurisdição desta Corte (Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública Estadual), com a finalidade de subsidiar o julgamento por este Tribunal.

Foram também acompanhadas no período a efetiva emissão automatizada dos alertas bimestrais, quadrimestrais e semestrais pelo sistema CidadES e autorizadas as publicações no Diário Eletrônico do TCEES, relativas a: despesa com pessoal, metas de arrecadação, operações de crédito, garantias e contragarantias e resultados primário e nominal.

Estava em andamento a fiscalização quanto ao cumprimento das medidas restritivas previstas no art. 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal, durante o exercício de 2023, do município de Barra de São Francisco (Processo TC 5944/2023), em virtude do descumprimento do limite prudencial da despesa total com pessoal ao final do exercício de 2022, com a finalidade de subsidiar a apreciação e o julgamento das contas anuais prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.



Também foram realizadas no período a emissão de Certidão para Contratação de Operação de Crédito requeridas pelo Estado e municípios por meio de protocolo e o acompanhamento da emissão eletrônica da Certidão para Transferências Voluntárias (CTV) que é disponibilizada eletronicamente, em link específico no portal do TCEES.

Encontrava-se em andamento o acompanhamento da política de recursos humanos dos municípios sem margem fiscal no exercício de 2022, identificando os atos que provocaram aumento da despesa em desconformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Folha de Pagamento

Estava em fase de finalização do relatório a fiscalização na modalidade Acompanhamento (processo 04682/2023-8) para verificar a recepção dos dados das folhas de pagamento dos municípios, avaliando o tratamento pelos jurisdicionados das impropriedades (consistências e pontos de controle) detectadas pelo Sistema CidadES - Folha de Pagamento.

Previdência Social

Na temática previdência, houve uma fiscalização na modalidade Acompanhamento (processo 3023/2023-2) para verificar a sustentabilidade dos regimes próprios de previdência social municipal, com graves desequilíbrios financeiros e atuariais.

No período, também estava em fase de execução a fiscalização na modalidade Levantamento (processo 06961/2023-8) sobre os investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS municipais e estadual, a fim de verificar possíveis ações de controle por parte do TCEES.



Mobilidade Urbana

A temática mobilidade urbana também foi tema de um Acompanhamento realizado para verificar as providências adotadas pelos municípios quanto à elaboração e aprovação dos planos de mobilidade urbana (PMU) (processo 2574/2023), em conformidade com a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº. 12.587/2012) e as deliberações do processo TC 4636/2022.

Como resultado tem-se a contribuição à implementação da política pública de Mobilidade Urbana de forma segura e equânime para a população capixaba, além de contribuir para a melhoria dos gastos e governança pública no desenvolvimento urbano sustentável e para o alcance das metas ODS 11 “Cidades e Comunidades Sustentáveis”. A partir dessa fiscalização constatou-se um aumento significativo nas providências de planejamento para elaboração do PMU, com evolução de 160% em relação a 2022, totalizando 26 municípios com providências em andamento. Também se constatou um avanço no número de municípios com seus planos de mobilidade urbana elaboradas (25%), totalizando 15 planos concluídos.

Parcerias Interinstitucionais

No período, destaca-se a ação em parceria com Ministério Público do ES/GAECO e com a Polícia Federal para fins de geração de informações para compartilhamento de dados utilizando a Matriz de Risco, visando identificação de indícios de fraude e corrupção.

Também se destacou no período a parceria com a Controladoria Geral da União (CGU) – Regional Espírito Santo, com vistas à geração de informações para compartilhamento de dados visando melhor desempenho às ações de controle.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Houve ainda ação em parceria com a Polícia Civil do Estado do Espírito Santo para geração de informações e atendimento de demandas específicas para subsidiar ações da Polícia Civil.

O Instituto Rui Barbosa (IRB) promoveu encontros onde foram debatidos temas com representantes dos tribunais de contas acerca do planejamento municipal de saúde, contratação de organizações sociais e a judicialização da saúde.

Foi assinado o acordo com o Ministério Público do Espírito Santo para fomento da implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS no Espírito Santo.

Também merece destaque a cooperação entre o TCEES e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), com o objetivo de obter acesso a imagens de satélite em diferentes datas da execução da obra, permitindo assim, a verificação da evolução das etapas das obras, registradas pelo INPE.

Ainda houve ação conjunta com o Tribunal de Contas da União visando o acompanhamento e identificação de irregularidades na Folha de Pagamento, tendo como resultado a geração permanente de indícios para avaliação e definição de ações corretivas através dos resultados da fiscalização contínua de folhas de pagamento.

Em parceria com o Ideies/Findes, foram obtidos dados sobre a economia, subsidiando trabalhos do TCEES para fins de avaliação de tendências e riscos.

Participação no planejamento e divulgação da auditoria ordenada nacional sobre infraestrutura escolar, fruto de acordo de cooperação entre a Atricon e o Instituto Rui Barbosa - IRB e que contou com a participação de todos os tribunais de contas brasileiros.



Parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) para o desenvolvimento do projeto prioritário de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas para o fortalecimento da atividade de controle externo das políticas públicas.

Participação no subgrupo constituído no âmbito da Rede de Controle Focco/ES para fins de atuação na melhoria da governança de aquisições e contratações realizadas por consórcios municipais.

Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Justiça para o uso das imagens de satélite proprietárias do Programa Brasil MAIS.

Compromisso com a Celeridade Processual

De modo a demonstrar o compromisso do TCEES com a celeridade processual, no quadro 12, consta o comparativo, por classe processual, entre o prazo normativo para julgamento dos processos estabelecido na Resolução TC 300/2016 e o tempo médio de julgamento.

Quadro 12 - Comparativo entre o prazo normativo para julgamento
por classe processual e o tempo médio de julgamento

Classe processual	Prazo normativo para julgamento	Tempo médio de julgamento	Diferença em dias
Consulta	180	172	-8
Embargos de Declaração	150	165	15
Fiscalização – Acompanhamento	420	423	3
Fiscalização – Auditoria	420	525	105
Fiscalização – Denúncia	330	250	-80
Fiscalização – Inspeção	420	585	165
Fiscalização – Levantamento	420	362	-58



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Fiscalização – Monitoramento	420	455	35
Fiscalização – Representação	330	275	-55
Omissão de Prestação de Contas de Prefeito	420	434	14
Prestação de Contas Anual de Governador	60	64	4
Prestação de Contas Anual de Prefeito	720	590	-130
Pedido de Reexame	300	258	-42
Pedido de Revisão	300	225	-75
Recurso de Reconsideração	300	374	74

Fonte: sistema e-TCEES (acesso em 29/01/24)

Do quadro 12, extrai-se que na maioria das classes processuais, o TCEES cumpriu o prazo normativo para julgamentos em prazos inferiores aos estabelecidos pela Resolução 300/2016, demonstrando o compromisso desta Corte de Contas com a celeridade, tempestividade e eficácia dos processos julgados.

Quanto ao quantitativo de sessões realizadas para apreciação / julgamento dos processos, constata-se que em 2023 foram realizadas 176 sessões.

Figura 14 - Quantitativo de sessões e processos julgados em 2023



Fonte: sistema e-TCEES

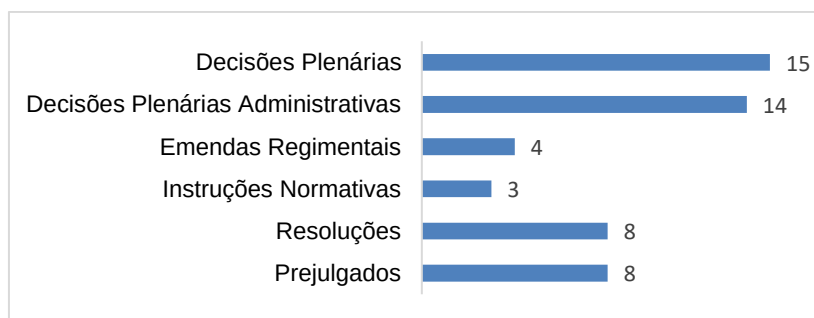


Atos do Plenário e das Câmaras

O Plenário é constituído por sete conselheiros, dirigido pelo conselheiro presidente, que se reúnem em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de decisões, emendas, instruções normativas, resoluções, acórdãos, pareceres prévios e consultas.

Abaixo, demonstra-se o quantitativo, por classificação, dos atos deliberados pelo Plenário no ano de 2023:

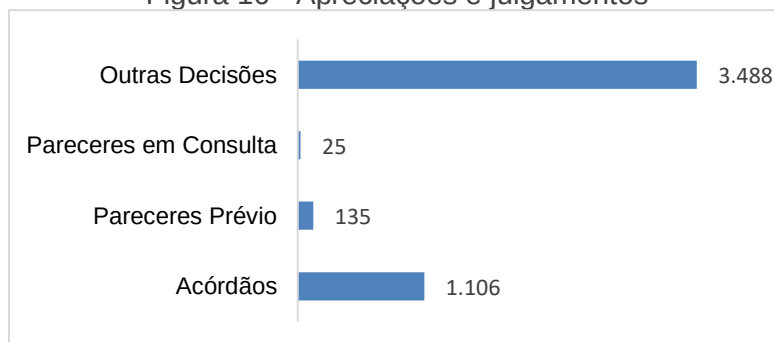
Figura 15 - Atos Normativos



Fonte: Adaptado de SGS

O Plenário, juntamente com as Câmaras, que são compostas, cada uma delas, por 3 conselheiros e 3 conselheiros substitutos, produziram, em conjunto, o quantitativo de apreciações e julgamentos a seguir representado graficamente:

Figura 16 - Apreciações e julgamentos



Fonte: Adaptado de SGS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluído o ano de 2023, diante de tantos desafios, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo alcançou um avanço significativo na produtividade e na tempestividade das ações de controle do setor público.

Com uma trajetória marcada pelo maior comprometimento com a boa governança, com a valorização do debate técnico, e com a implantação de julgamentos equilibrados e tempestivos, o TCEES demonstra o compromisso em atuar efetivamente como órgão fiscalizador e orientador, em cumprimento de sua missão institucional. Dentre as diversas ações que se destacaram no ano de 2023, apontam-se:

- ✓ Lançamento do Plano Estratégico do TCEES para o ciclo com início em 2024 e término em 2037, ano em que a Corte de Contas completará 80 anos;
- ✓ O TCEES estreou na TVE-ES – canal aberto de televisão - o programa É da Sua Conta. O espaço, de 12 a 15 minutos, é usado para explicar ao público local quais são as principais atribuições do TCEES e sua composição; mostrar a relevância da instituição para a sociedade; apresentar o resultado de suas fiscalizações, entre vários outros assuntos institucionais;
- ✓ Realização de evento para comemoração do dia do servidor público e aplicação de nova pesquisa de clima com a finalidade de verificar a percepção dos servidores a respeito da Corte, visando contribuir na construção de uma Política de Gestão de Pessoas mais próxima dos seus colaboradores;
- ✓ Participação de 8.991 pessoas nos 278 eventos promovidos pelo TCEES, incluindo cursos *online*, cursos transmitidos em tempo real (síncrono), encontros virtuais e webinários;



- ✓ Realização do Encontro de Formação em Controle (Enfoc) do TCEES, oferecendo cursos de atualização e aperfeiçoamento a gestores, secretários, vereadores e servidores municipais. Os cursos contaram com os mais diversos temas ligados à gestão das contas públicas como: implantação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos com foco no Planejamento; Estudo Técnico Preliminar e Projeto Básico em Obras e Serviços de Engenharia; Renúncia de Receita; Concessões comuns e PPPs; Gestão de Riscos Aplicada ao Setor Público; Orçamento Público na prática; LGPD no setor público; dentre outros temas;
- ✓ Elaborado o Boletim do Autismo, publicado no Painel de Controle do TCEES. O objetivo do estudo técnico foi apresentar os aspectos do desempenho da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista (TEA), desenvolvida no estado do Espírito Santo. Em razão do dia mundial da conscientização do autismo, data celebrada em 2 de abril pela Organização das Nações Unidas (ONU), este boletim busca contribuir com a conscientização sobre o tema, reunindo dados de diferentes instituições que se relacionam com o atendimento da pessoa autista, especialmente no contexto capixaba;
- ✓ Publicado no Painel de Controle o Boletim com a temática “Dados do Câncer de próstata no estado do Espírito Santo” que tem como objetivo oferecer uma análise descritiva dos dados relacionados ao câncer de próstata, considerando a população masculina residente no estado do Espírito Santo, no período de 2018 a 2022;
- ✓ Conclusão da fiscalização com foco nos requisitos mínimos de qualidade da infraestrutura das unidades escolares, fruto do acordo de cooperação entre a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB) que contou com a participação de todos os tribunais de contas brasileiros;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

- ✓ Lançamento do Painel de Saneamento que tem como objetivo dar transparência aos principais indicadores de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios do Espírito Santo aos gestores públicos e à população em geral;
- ✓ Acompanhamento das obras públicas mais relevantes, selecionada segundo critérios de materialidade, risco, relevância e oportunidade para fins de controle, por meio de imagens de satélite fornecidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE);
- ✓ A temática mobilidade urbana também foi tema de um acompanhamento realizado para verificar as providências adotadas pelos municípios quanto à elaboração e aprovação dos planos de mobilidade urbana (PMU), em conformidade com a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº. 12.587/2012).

Desta forma, em cumprimento da sua função fiscalizadora e orientadora, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo atuou tempestivamente em diversas temáticas, além de ter executado outras importantes iniciativas, alcançando resultados positivos ao longo do ano de 2023.

Domingos Augusto Taufner

Conselheiro Presidente

